

AS ALDEIAS COMUNAIS E O SEU PAPEL NA DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA POPULAÇÃO RURAL NA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

1. INTRODUÇÃO

A República Popular de Moçambique (RPM) definiu como preocupação fundamental do seu desenvolvimento a planificação socialista da sua economia. Uma das bases essenciais para essa planificação é o conhecimento exacto da sua população, não apenas no que diz respeito à dinâmica de crescimento, mas também à distribuição territorial e às relações de produção existentes.

Foi com este objectivo que se realizou o Recenseamento Geral da População em Agosto de 1980, o qual indicou, para todo o território nacional, um total de 12 130 000 habitantes, e uma taxa de crescimento médio anual, para o período 70-80, de cerca de 2,4%. A densidade demográfica média é de 14 hab./km², mas com uma distribuição bastante irregular, oscilando entre 4 e mais de 30 hab./km² (Quadro I e fig. 1). As taxas de natalidade e mortalidade são de 45 a 19 por mil respectivamente, sendo a esperança média de vida à nascença de cerca de 45 anos. Mais de 50% da população tem idades inferiores a 20 anos.

Das 10 províncias que constituem o país, duas delas, Zambézia e Nampula, concentram 40% da população total, sendo as densidades médias aqui registadas de 23,6 e 28,6 respectivamente. Em contraste, a província mais extensa, de Niassa, é a que tem uma menor população absoluta, apresentando uma densidade demográfica média de apenas 4 hab./km². A população rural representa cerca de 88% da população total, sendo ainda a maior parte uma população dispersa.

2. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL ANTERIOR À INDEPENDÊNCIA

A distribuição territorial da população rural moçambicana caracterizava-se por uma forma de povoamento disperso e muito irregular. Este tipo de povoamento rural, disperso, tinha uma relação estreita com a forma e distribuição da ocupação e posse da terra. Dum lado, encontravam-se as grandes plantações estrangeiras, os agricultores colonos e os grandes criadores de gado que ocupavam as terras mais férteis e de fácil acesso, possuindo extensas áreas de terras alienadas aos seus anteriores possuidores, os camponeses moçambicanos. Do outro lado, encontravam-se estes últimos, que se viam empurrados para as terras menos férteis, de mais difícil acesso, e que apenas ocupavam pequenas parcelas numa agricultura familiar de sequeiro, muito pouco produtiva.

QUADRO I

Área, População e Densidade Populacional

Província	Área (km ²)	1 de Agosto de 1980			31 de Dezembro de 1981 (estimativa)			Densidade populacional
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
Niassa	129 056	246 300	267 800	514 130	256 152	278 512	534 664	4,1
Cabo Delgado	82 625	445 300	494 700	940 000	463 112	514 488	977 600	11,8
Nampula	81 606	1 189 200	1 213 500	2 402 700	1 236 768	1 262 040	2 498 808	30,6
Zambézia	105 008	1 224 600	1 275 600	2 500 200	1 273 584	1 326 624	2 600 208	24,8
Tete	100 724	393 100	437 400	831 000	408 824	454 896	864 240	8,6
Manica	61 661	307 200	334 000	641 200	319 488	347 360	666 848	10,8
Sofala	68 018	535 200	530 000	1 065 200	556 608	551 200	1 107 808	16,3
Inhambane	68 615	458 100	539 500	997 600	476 424	561 080	1 037 504	15,1
Gaza	75 709	469 300	521 600	990 900	488 072	542 464	1 030 536	13,6
Província de Maputo	25 756	235 700	256 100	491 800	245 128	266 344	511 472	19,6
Cidade de Maputo	602	404 000	351 300	755 300	420 160	365 352	785 512	1 305
Total do País	799 380	5 908 500	6 221 500	12 130 000	6 144 480	6 470 360	12 615 200	15,8

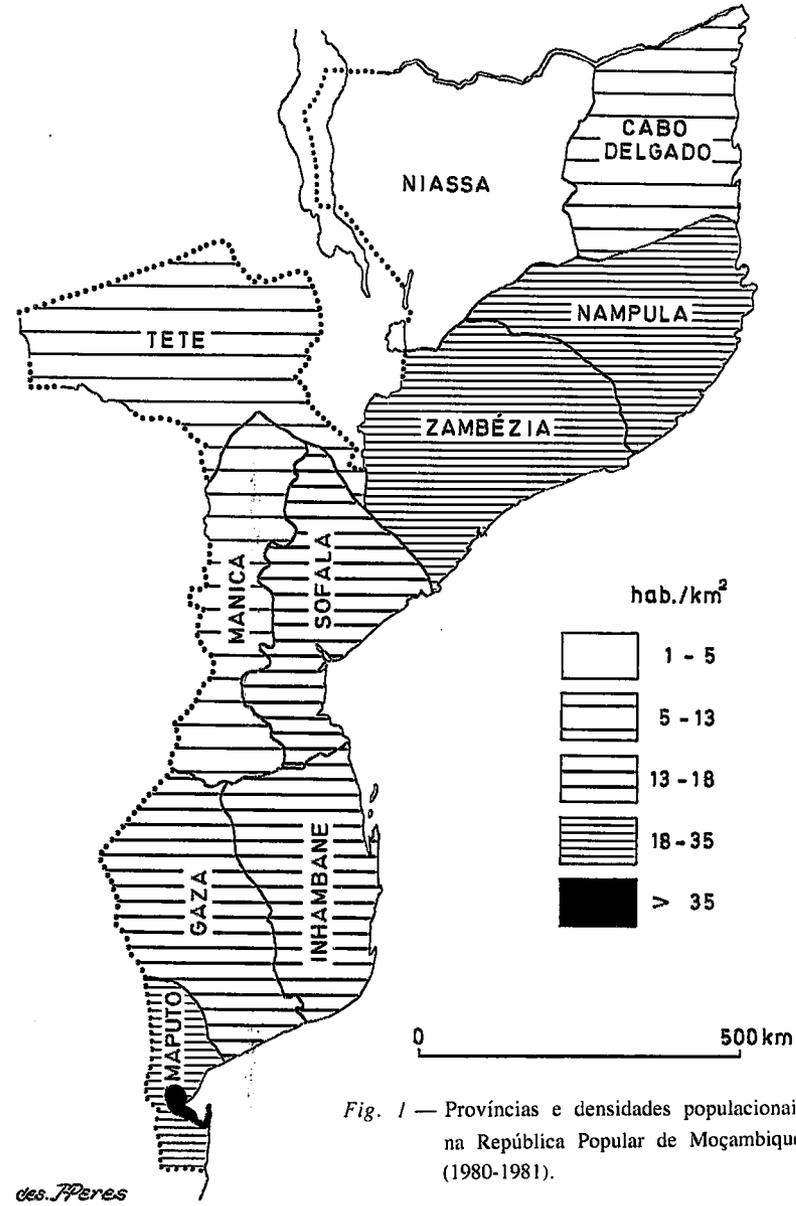


Fig. 1 — Províncias e densidades populacionais na República Popular de Moçambique (1980-1981).

As áreas de agricultura colonial se, por um lado, obrigavam a afastar a população rural para procurar outras terras de cultivo, por outro lado, utilizavam uma mão-de-obra recrutada entre essa mesma população, funcionando, portanto, como zonas de atracção populacional. Era assim que nas áreas de agricultura de plantação e de colonato se assistia a um aumento da densidade de população, mas sem se atingir um verdadeiro povoamento concentrado. Esta população, atraída

pela oferta de trabalho, instalava as suas "machambas" familiares e a sua residência na área circundante da plantação ou do colonato, mas de forma a que habitação e pequena propriedade familiar constituíssem uma unidade territorial bem definida, numa distribuição dispersa e irregular.

Em 1970, cerca de 95% da população moçambicana era rural, vivendo em formas de povoamento rural concentrado apenas cerca de 5%. As maiores densidades rurais encontravam-se nos planaltos da Angónia e do Chimoio, e nos vales dos rios Limpopo, Zambeze e Incomáti, todas elas zonas de agricultura colonial.

Tomando como exemplo a província de Gaza, onde se localizava o colonato agrícola do Limpopo, os dados referentes a 1970 indicavam que, numa população total igual a 756 315 habitantes, apenas 20 890 estavam distribuídos em povoamento concentrado. Estes cerca de 3% da população concentravam-se em 8 aglomerados populacionais, nos quais se incluem as cidades de Xai-Xai e Chokwé.

Os centros de concentração de população em todo o território nacional eram apenas constituídos pelas cidades capitais provinciais, pelas sedes dos distritos e por pequenas povoações comerciais, habitadas fundamentalmente por colonos portugueses, indianos e paquistaneses. Estes povoamentos eram rodeados por população camponesa moçambicana que formava uma autêntica cintura de povoamentos concentrados à volta do povoamento de colonos; são os conhecidos bairros pobres, de "caniço", característicos de todas as cidades de África, e que em Moçambique tinham uma característica essencialmente rural. Esta cintura de povoamento concentrado rapidamente passava a um povoamento disperso que se acentuava à medida que se afastava do centro comercial aqui referido. Uma situação semelhante se passava em redor das plantações coloniais, mas sem dar origem a uma real concentração demográfica.

Este povoamento disperso caracterizava-se pela formação de grupos residenciais familiares constituídos por 3 ou 4 casas rodeadas pelas unidades agrícolas familiares. Tal tipo de povoamento fazia com que uma grande parte da população camponesa vivesse isolada dos poucos centros de concentração de população, não tendo acesso fácil às vias de comunicação, à educação e à saúde. A comercialização dos seus excedentes tornava-se bastante difícil, fazendo com que as "cantinas" (pequenas casas comerciais para comércio misto e até de troca) dispersas pelo campo, ou situadas nas povoações comerciais, se utilizassem desta situação para imporem os seus preços, praticando, geralmente, um comércio de troca desigual.

3. BASES PARA A TRANSFORMAÇÃO DO POVOAMENTO RURAL

Com a Independência Nacional, em 25 de Junho de 1975, uma das primeiras medidas tomadas pelo Partido Frelimo e pelo Governo da República Popular de Moçambique foi a nacionalização da terra, como uma forma de acabar com os desequilíbrios existentes no campo, e para permitir uma planificação de acordo com os objectivos do desenvolvimento económico do país. Com esta medida a terra passou a pertencer ao Povo trabalhador, não podendo ser alienada ou vendida; possui a terra aquele que a trabalha e enquanto a trabalhar. O artigo 8 da

Constituição da República Popular de Moçambique define que "A terra e os recursos naturais no solo e no subsolo, nas águas territoriais e na plataforma continental de Moçambique, são propriedade do Estado. O Estado determina as condições do seu aproveitamento e do seu uso". Assim, são criadas as condições básicas para que o Estado possa planificar a utilização da terra de acordo com os objectivos do desenvolvimento sócio-económico nacional. No artigo 11 da mesma Constituição está expresso que "O Estado encoraja os camponeses e trabalhadores individuais a organizarem-se em formas colectivas de produção, cujo desenvolvimento apoia e orienta".

Ficaram assim criadas as bases que vão orientar a socialização do campo através da criação de unidades agro-pecuárias estatais e de unidades cooperativas. Mas para uma eficiente socialização do campo torna-se necessário alterar toda a distribuição territorial da população rural, criando condições para o surgimento dum povoamento concentrado. Surgem assim as Aldeias Comunais, não apenas como uma forma de concentração de população, mas antes como uma forma de organização da actividade económica rural. As unidades cooperativas de produção, particularmente agrícola, estão intimamente ligadas às Aldeias Comunais, dando-lhes origem, ou sendo sua consequência.

A concentração de população rural em Aldeias de produção colectiva foi iniciada durante a Luta Armada de Libertação Nacional nas zonas libertadas. É assim que em 1970, com cerca de 2/3 da província de Cabo Delgado constituindo já zona libertada, toda a população desta área vivia em Aldeias Comunais, o que correspondia a mais de 40% da população total da província. O mesmo sucedia, embora em menor escala, nas províncias de Niassa e Tete. Foi à luz desta experiência que a 8.ª Sessão do Comité Central da FRELIMO, realizada em Fevereiro de 1976, concluiu que a Aldeia Comunal "deve constituir o quadro social do desenvolvimento futuro do campesinato moçambicano". A Aldeia Comunal surge, deste modo, como a forma de se atingir a produção colectiva e de se desenvolver, de forma equilibrada, a mecanização, a especialização agrícola e a conservação dos recursos naturais.

4. A FORMAÇÃO DAS ALDEIAS COMUNAIS

A organização da população durante a Luta Armada de Libertação Nacional não podia obedecer a uma distribuição territorial planificada devido à situação de guerra que se vivia. Assim, por vezes, as aldeias surgiam afastadas dos principais eixos de comunicação, dos terrenos mais férteis e de outros centros populacionais.

Logo após a Independência realizou-se o seminário de Marrupa, na província do Niassa, onde foi lançada uma ampla campanha política para organizar a população rural em Aldeias Comunais. A partir daí surgem novos aglomerados populacionais rurais por todo o país. Este movimento de população é muito mais rápido que o crescimento da capacidade de planificação e orientação deste novo tipo de organização rural, tanto a nível populacional como económico. Esta situação faz com que surjam concentrações populacionais excessivamente grandes, sem uma organização sócio-económica prévia ou paralela e, por vezes, sem atentar à locali-

zação geográfica mais adequada. Isto vem agravar a situação já existente, muito particularmente no que respeita ao abastecimento de água, à conservação dos solos e à comercialização.

É nesta fase que, nas províncias de Cabo Delgado e da Gaza, surgem aldeias com uma população por vezes superior a 10 000 habitantes, as quais se estendem, numa planta linear, ao longo de vias de comunicação. Nestes casos revela-se imediatamente um grave desequilíbrio entre a população e os recursos naturais, o que leva a que mais tarde se tenham que estabelecer algumas normas tendentes a definir o tamanho demográfico médio duma aldeia, calculado em 4 ou 5 mil habitantes, de acordo com os recursos naturais disponíveis.

Durante esta primeira fase, que decorre desde a Independência até 1978, a distribuição territorial das aldeias não era acompanhada por uma planificação prévia da sua localização geográfica, resultando antes da vontade da população camponesa e dos seus conhecimentos empíricos no que concerne à fertilidade dos solos e à existência de outros recursos naturais. Mas, a partir de 1979, inicia-se um processo de distribuição territorial mais planificado, assim como são aconselhadas as dimensões populacionais e de extensão média das aldeias em termos do espaço habitacional e do espaço agrícola, de forma a estabelecer-se um equilíbrio harmonioso entre a população e recursos naturais. Contudo, este processo ainda não atingiu todos os seus objectivos, pois torna-se necessário corrigir os desequilíbrios surgidos durante a primeira fase de expansão das Aldeias Comunais e planificar cientificamente o crescimento futuro.

Quanto ao processo de formação das Aldeias Comunais, podem distinguir-se diversas situações, agrupadas em 4 tipos:

Tipo 1 — *Aldeias formadas a partir da produção colectiva*

Incluem-se neste tipo todas as aldeias que se formaram nas zonas libertadas, e outras surgidas após a Independência, como consequência da organização dos camponeses em formas colectivas de produção — as cooperativas agrícolas. O maior número de aldeias encontra-se nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula.

Geralmente as Aldeias Comunais deste tipo distinguem-se das outras por possuírem melhores infra-estruturas económicas e sociais. É o caso concreto da Aldeia Comunal de Manjanga, na província de Gaza, com uma população de cerca de 5000 habitantes, surgida da cooperativa agrícola Heróis Moçambicanos, com uma produção comercializada considerável (mais de 50% da produção é colocada nos circuitos comerciais).

Tipo 2 — *Aldeias Comunais como consequência de calamidades naturais*

Após a Independência, os camponeses ocuparam as terras férteis dos vales dos rios, as quais haviam sido abandonadas pelos colonos. Ali instalaram as suas "machambas" e as suas casas, mantendo a forma de povoamento tradicional — disperso e irregular.

Nos anos de 1976 a 1978, devido a grandes quedas pluviométricas registadas muito particularmente no centro e sul do país, verificaram-se inundações catastróficas que provocaram enormes prejuízos materiais e humanos. O Partido Frelimo e o Governo levaram a efeito uma campanha junto da população afectada para que se concentrasse em Aldeias Comunais nas zonas altas, ao abrigo de cheias futuras. Desta situação resultou o surgimento de um grande número de Aldeias Comunais nas terras altas ao longo dos vales dos rios Limpopo, Incomáti, Búzi, Pungué e Zambeze.

Neste tipo, ao contrário do tipo 1, observa-se primeiro a concentração de população, e só posteriormente se inicia a produção colectiva. Por este motivo, estas aldeias ainda estão muito ligadas às antigas áreas produtivas familiares por vezes situadas a grandes distâncias da área residencial.

Tipo 3 — *Aldeias Comunais resultantes de antigos "Aldeamentos"*

A colonização portuguesa construiu diversos "Aldeamentos" que serviram, uns para controlar a população rural moçambicana, tentando afastá-la da acção da Frelimo, constituindo para isso autênticos campos de concentração a que chamavam aldeamentos; outros foram construídos especificamente para albergar colonos agricultores, e que se designavam pelo nome de colonatos. Com a derrota do colonialismo português estes "Aldeamentos" foram recuperados e transformados, muitos deles, em aldeias comunais onde se instalaram agricultores moçambicanos ou operários agrícolas a trabalhar nos complexos agro-industriais ou nas unidades agrícolas estatais. Foi o que sucedeu, por exemplo, com as actuais aldeias comunais de Chilembene, 1.º de Maio, Malhazine e Lionde, todas na província de Gaza. Casos semelhantes se encontram nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Tete.

Estas aldeias já encontraram uma área residencial bem definida e construída, assim como também uma área agrícola já iniciada; teve apenas que se fazer um trabalho de adaptação à nova situação de produção colectiva.

Tipo 4 — *Aldeias de "regressados"*

Com a Independência, milhares de moçambicanos, refugiados nos países vizinhos, muito particularmente na Tanzânia e Zâmbia, regressaram ao seu país, tendo-se instalado em Aldeias Comunais que eles próprios construíram e nas quais iniciaram desde logo uma produção colectiva. Este tipo de aldeias encontra-se quase exclusivamente nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Tete.

5. DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL E EVOLUÇÃO

Estando definida de forma bastante clara a política de socialização do campo e o papel que cabe às Aldeias Comunais, a expansão territorial destas e o seu impacto na distribuição geográfica da população rural tem crescido a um ritmo que se pode considerar satisfatório, embora ainda seja necessário corrigir aspectos que levam a alguns desequilíbrios.

Em meados de 1978 observava-se a distribuição constante do quadro II.

Quadro II
Distribuição territorial das Aldeias Comuns em 1978

Província	N.º de Aldeias	% do total	N.º de habitantes	% em relação à pop. da província
Cabo Delgado	586	68,3	800 000	88,0
Niassa	40	4,6	72 000	16,0
Nampula	80	9,3	50 000	2,5
Tete	26	3,0	25 000	3,5
Zambézia	13	1,5	10 000	0,5
Sofala	13	1,5	10 000	1,0
Manica	9	1,0	4 500	0,9
Inhambane	5	0,5	2 500	0,3
Gaza	80	9,3	180 000	20,0
Maputo	5	0,5	40 000	4,0
Total	857	99,5	1 250 000	10,9 (do país)

Fontes: "O Processo de desenvolvimento das Aldeias Comuns. Análise da Situação. Propostas de Actuação". Mimeo. C.N.A.C. Maputo, 1978. "Informação Estatística". N.º 1. Comissão Nacional do Plano. D.N.E. Maputo, 1980.

A província de Cabo Delgado já em 1978 tinha a maior parte da sua população rural organizada num povoamento concentrado, o que dá uma ideia clara do impacto que as aldeias comunais tiveram na transformação da distribuição territorial da população do campo, pois que antes do início da Luta Armada de Libertação Nacional, em 25 de Setembro de 1964, nesta mesma província, apenas 2% da população vivia concentrada, incluindo a população urbana. Esta província destaca-se das restantes porque este processo foi iniciado muito mais cedo, ainda durante a Luta Armada. Em termos comparativos segue-se a província de Gaza, no Sul do país, a qual tinha, em 1978, cerca de 20% da sua população rural distribuída por um povoamento concentrado. No ano de 1970 apenas 3% da população da província vivia concentrada, incluindo a população urbana. Para o conjunto do país a concentração de população rural já havia atingido os 10% em 1978, enquanto que em 1970 a população concentrada, incluindo a população urbana, andava pelos 5%.

Para uma análise completa da evolução havida no período que decorre de 1978 a 1980 ainda não se possuem dados suficientes para todo o território nacional, mas é possível acompanhar o crescimento do processo através do exemplo da província de Gaza, na qual se está a levar a cabo um estudo sobre as Aldeias Comuns (quadro III e fig. 2). Nesta província, de 1978 até Março de 1980, o número de Aldeias Comuns passou de 80 para 104, tendo atingido o número de 131 em meados de 1981. Quer dizer que, neste pequeno período, houve a construção de cerca de 20 aldeias por ano. A população concentrada nas aldeias exis-

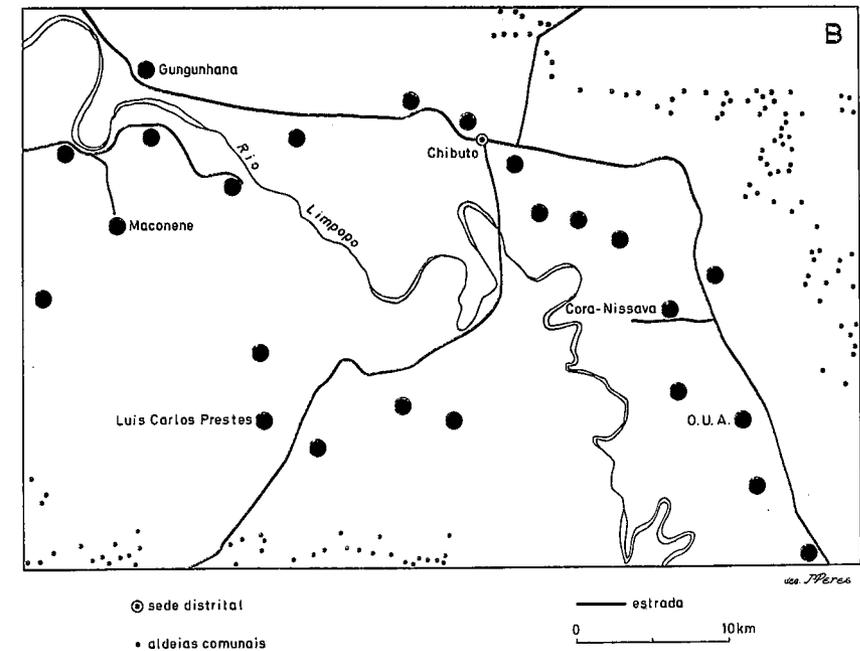
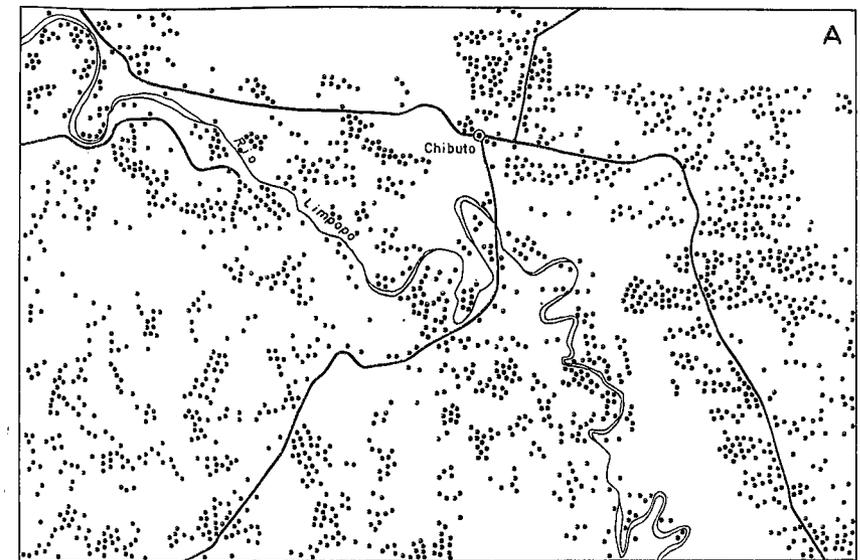


Fig. 2 — Povoamento rural numa secção do vale do rio Limpopo, Província de Gaza.

A — Situação anterior a 1975; B — Situação em 1981.

Quadro III

Evolução da População em algumas Aldeias Comunais no período 1980-1982 (província de Gaza)

Aldeia Comunal	População		Aumento verificado
	1980	1982	
Julius Nyerere	9 741	20 015	10 274
3 de Fevereiro	5 311	12 976	7 665
Mao Tsé Tung	3 558	6 293	2 735
Luís Carlos Prestes	5 743	8 337	2 594
Agostinho Neto	3 380	5 850	2 470
Marien N'Gouabi	10 300	19 050	8 750
A Voz da Frelimo	3 820	3 754	66
Fidel Castro	2 939	3 008	69
Coca-Missava	6 070	6 076	6
Guemelane	3 694	3 790	96
1.º de Maio	10 550	14 000	3 450
Malhazine	3 899	4 356	457

Fonte: "Mapa Estatístico do Distrito de Gaza". Comissão Provincial das Aldeias Comunais. Xai-Xai, 1980.

Levantamento das Aldeias Comunais". Direcção Nacional de Habitação. Maputo, 1982.

tentes até Março de 1980 era de 294 949 habitantes, o que correspondia a cerca de 33% da população total da província. Excluindo a população urbana, a percentagem da população rural a viver em Aldeias Comunais aproxima-se dos 36%. Neste período (1978/1980) assistiu-se a um movimento de população rural dispersa em direcção a Aldeias Comunais, de cerca de 57 500 pessoas por ano; tal processo manteve-se em 1981.

Durante a primeira fase de crescimento das Aldeias Comunais da província de Gaza, o movimento da população rural fazia-se dos vales dos rios Limpopo e Incomati para as terras altas, onde edificavam as aldeias. Na fase seguinte veio-se juntar aquele que envolveu os camponeses das zonas de sequeiro circundantes.

Uma outra província onde o movimento de população rural em direcção às Aldeias Comunais também foi bastante acentuado nos anos de 1979 e 1980, foi a de Nampula, no Norte do país. Nesta província, a população rural concentrada duplicou em relação ao valor apresentado em 1978, aproximando-se dos 10% em relação à população total da província.

O número de habitantes varia muito de aldeia para aldeia. Pelos levantamentos efectuados considera-se que o tamanho populacional mais frequente é de 4000 a 5000 habitantes. No entanto, podem encontrar-se aldeias com uma população muito próxima das 20 000 pessoas, como é o caso das aldeias comunais Marien N'Gouabi e Julius Nyerere, na província de Gaza, ao lado de outras que ainda não atingem os 1000 habitantes. A grande dimensão de algumas aldeias tem acarretado problemas no que respeita à distribuição e utilização racional da terra, à

em 1980 tinha uma população de cerca de 1000 habitantes, e que em Abril de 1982 já se aproximava dos 10 000. O quadro III dá uma pequena imagem do crescimento demográfico de algumas aldeias comunais da Província de Gaza, e o quadro IV o número de famílias e a distribuição por sexos.

conservação dos recursos naturais e aos circuitos de abastecimento. Por isso, na 1.ª Reunião Nacional das Aldeias Comunais, realizada em 1981, definiu-se como modelo dimensional a aldeia formada por 4 quarteirões, tendo cada um 250 famílias. Todavia, a implementação desta medida tem encontrado algumas dificuldades, pois o movimento de população rural dispersa em direcção a aldeias já existentes não está a ser devidamente controlado. Assim, as aldeias comunais, em muitos casos, continuam a ter um crescimento demográfico muito acentuado. Um caso flagrante passa-se com a Aldeia Comunal de Machua, na província de Gaza, que

Quadro IV

População por sexo nas Aldeias Comunais do Distrito de Xai-Xai na província de Gaza, em 1980

Aldeia Comunal	N.º de famílias	N.º de habitantes		Total
		Masc.	Fem.	
Julius Nyerere	2 292	4 225	5 516	9 741
3 de Fevereiro	1 284	2 446	2 865	5 311
24 de Julho	1 369	2 857	3 090	5 947
O.M.M.	1 314	1 942	2 449	4 391
Vladimir Lenine	916	1 428	2 014	3 442
A Voz da Frelimo	841	1 697	2 123	3 820
Salvador Allende	886	2 341	2 895	5 236
Fidel Castro	682	1 354	1 585	2 939
Tetene	357	568	723	1 291
Bungane	1 059	1 633	2 270	3 803
Nhacutse-O.U.A.	1 499	3 094	3 665	6 759
Emília Daússe	832	1 264	1 742	3 106

Assim como a distribuição entre províncias apresenta uma irregularidade bastante pronunciada, como se pode observar no quadro II, também a distribuição intraprovincial apresenta a mesma irregularidade de distrito para distrito, apesar de não se verificarem diferenças tão marcadas. Considerando a situação da província de Gaza, verifica-se a situação constante do quadro V.

No quadro não consta o distrito de Chicualacuala por falta de dados recentes que permitam estabelecer uma comparação. No entanto, é o distrito onde o movimento de concentração de população rural se encontra mais embrionário.

Os distritos situados ao longo do vale do rio Limpopo (Xai-Xai, Chibuto, Massingir e Chokwé) são os que apresentam um maior número de aldeias comunais, a que corresponde também um maior número populacional, exceptuando o caso do distrito de Massingir que, sendo o que possui maior número de aldeias, tem uma população menor.

Quadro V

Distribuição territorial das Aldeias Comunais da Província de Gaza em 1982

Distrito	N.º de Aldeias Comunais	% do total	População	% do total	N.º médio de hab./Aldeia
Xai-Xai	24	18,3	82 692	24,1	3 445
Bilene	11	8,4	33 267	9,7	3 024
Chibuto	22	16,8	68 788	20,1	3 126
Manjacaze	14	10,7	26 393	7,7	1 885
Guijá	9	6,8	27 088	7,9	3 009
Missingir	25	19,0	23 967	6,9	958
Chokwé	22	16,8	77 671	22,7	3 530
TOTAL	127	96,8	339 866	99,1	2 676

Fonte: "Relação das Aldeias Comunais existentes a nível da Província de Gaza com os respectivos números de habitantes". Comissão Provincial das Aldeias Comunais. Província de Gaza, 1982.

6. ALGUNS PROBLEMAS ACTUAIS E PERSPECTIVAS DE SOLUÇÃO

O surgimento dum povoamento rural concentrado, com as características da-quele que está a expandir-se por todo o território da República Popular de Moçambique, num território de população essencialmente dispersa, além do impacto que está a ter na distribuição da população rural e dos problemas daí decorrentes, também está a influenciar diversos aspectos da organização sócio-económica, surgindo novas situações que nem sempre são de fácil resolução.

Um dos problemas surgidos diz respeito à localização geográfica das aldeias. Durante a primeira fase do desenvolvimento deste novo tipo de povoamento a localização era fruto do acaso ou de alguns conhecimentos empíricos dos camponeses. O movimento de criação de aldeias comunais não pôde ser acompanhado por estudos físico-geográficos e económico-geográficos que fornecessem as bases científicas necessárias para uma correcta localização, tanto do ponto de vista económico, como do ponto de vista físico. Não existiam os quadros necessários para tão grande tarefa. É assim que, por vezes, surgem aldeias implantadas em lugares contra-indicados (vertentes, por exemplo), sem articulação com a rede de estradas e com os centros urbanos. Esta situação começou a ser corrigida na segunda fase deste processo através da realocação de algumas aldeias em situação mais crítica, e da criação dum sistema de comercialização e aprovisionamento.

A relação entre a quantidade de população agrupada nas aldeias e os recursos naturais disponíveis (terras, água, florestas) revela-se, por vezes, com desequilíbrios pronunciados, provocando escassez de terra arável, de água e de lenha em áreas próximas da aldeia. É frequente encontrarem-se aldeias onde a distância média entre a habitação e a terra de cultura é superior a 5 quilómetros, e a fonte de abastecimento de água mais próxima localiza-se a mais de 3 quilómetros. Para minimizar estes problemas, além da realocação de algumas aldeias, foram toma-

das outras medidas no domínio do abastecimento de água potável, da formação de bairros satélites, maior incentivação das cooperativas agrícolas, reorganização das propriedades familiares e introdução de outras actividades para além da produção agrícola.

A República Popular de Moçambique definiu as aldeias comunais como a coluna vertebral do desenvolvimento das forças produtivas no campo, com base em relações de produção socialistas. Assim, tem-se dado uma atenção muito particular na resolução dos problemas surgidos e na perspectivação de uma estratégia a médio e longo prazos para o seu desenvolvimento. As directivas definidas no período 1978-80 e as orientações traçadas durante a 1.ª Reunião Nacional das Aldeias Comunais, em 1981, já estão a dar os primeiros resultados em novas aldeias que surgem. Dentre essas directivas citam-se as seguintes: "As Aldeias Comunais deverão ser implantadas ou reimplantadas com base nas superfícies e nos recursos naturais necessários ao desenvolvimento da base produtiva. A organização espacial do povoamento será portanto uma consequência desses factores"; "A execução de um programa de desenvolvimento da Aldeia Comunal não deverá ser feita sem que haja a possibilidade de imediatamente se investir nos factores limitantes principais. Estes investimentos implicam, no geral, estudos, meios e financiamento por parte do Estado."; "A produção na Aldeia Comunal deverá ser desenvolvida com base numa organização cooperativa aldeã integrando os diferentes tipos de unidades económicas cooperativas".

As Aldeias Comunais são uma parte integrante da Socialização do Campo, estratégia definida como fundamental para a vitória sobre o subdesenvolvimento na R.P.M. O Plano Perspectivo Indicativo para a década 1981-1990 refere que esta tarefa implicará "a movimentação de milhões de camponeses e trabalhadores rurais". O plano de Socialização do Campo significa "alterar completamente a relação das forças de classe no campo, onde o sector socialista será dominante e determinante". Por tudo isto, o surgimento, na R.P.M., duma forma de povoamento rural concentrado não é apenas um movimento de população rural, mas é, antes de mais, uma redistribuição territorial da população rural em função da criação de novas relações de produção no campo.

MANUEL GARRIDO MENDES DE ARAÚJO